



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA 9ª REGIÃO - PARANÁ

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.002/2024

Processo Administrativo nº 0021/2024

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de operadora especializada na prestação de serviços de assistência médica, hospitalar, laboratorial e auxiliar de diagnóstico e tratamento, através de plano de saúde ou seguro saúde, com abrangência nacional, na modalidade de contratação coletivo empresarial sem coparticipação, aos empregados do Conselho Regional de Química do Paraná e seus dependentes, nos termos das tabelas abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR Mensal estimado	VALOR TOTAL estimado
1	Contratação de operadora especializada na prestação de serviços de assistência médica, hospitalar, laboratorial e auxiliar de diagnóstico e tratamento, através de plano de saúde, com abrangência nacional, na modalidade de contratação coletivo empresarial sem coparticipação, aos empregados do Conselho Regional de	12920	MESES	12 (Correspondente ao custo mensal para aproximadamente 39 vidas)	R\$ 27.993,27	R\$ 335.919,20



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA 9ª REGIÃO - PARANÁ

	Química do Paraná e seus dependentes					
--	--------------------------------------	--	--	--	--	--

1.2.

1.3. A proposta deverá contemplar:

1.3.1. Plano Coletivo Empresarial;

1.3.2. Sem COPARTICIPAÇÃO, Abrangência Nacional, Acomodação Enfermaria

1.3.3. Sem carência, em conformidade com a legislação em vigor, em especial com a Lei 9.656/1998 e as Regulamentações complementares editadas pela ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar).

1.4. Beneficiários:

1.4.1. Serão beneficiários os funcionários do CRQ 9ª REGIÃO - PARANÁ e seus dependentes.

1.4.2. Consideram-se dependentes:

1.4.2.1. O(a) cônjuge;

1.4.2.2. O (a) companheiro(a), havendo união estável, na forma da lei, sem eventual concorrência com o cônjuge.

1.4.2.3. Filho(s) ou enteados não emancipados(s), tutelado(s), curatelado(s) ou sob guarda, de qualquer condição, menor de 43 (quarenta anos) anos ou inválido de qualquer idade;

1.4.2.4. Os dependentes ativos já inscritos no contrato em vigor, independentemente dos critérios constantes dos subitens anteriores.

1.4.3. Para fins deste Termo de Referência serão considerados beneficiários desta contratação os funcionários e dependentes do CRQ 9ª Região - Paraná, que atualmente são distribuídos, de acordo com as seguintes faixas etárias:

1.5.

FAIXA ETÁRIA	FUNCIONÁRIOS	DEPENDENTES
0 A 18	0	10
19 A 23	0	0



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA 9ª REGIÃO - PARANÁ

24 A 28	0	0
29 A 33	2	0
34 A 38	9	1
39 A 43	9	0
44 A 48	2	0
49 A 53	2	0
54 A 58	0	0
59 OU MAIS	4 (3 funcionários com 61 anos e 1 funcionário com 70 anos)	0
		TOTAL: 39 VIDAS

1.6.

1.7. Distribuição dos beneficiários por locais:

1.8.

1.9. CIDADE	1.10. Quantidades de usuários
1.11. CURITIBA	1.12. 32
1.13. LONDRINA	1.14. 03
1.15. MARINGÁ	1.16. 03
1.17. CASCAVEL	1.18. 01
1.19. TOTAL: 39 VIDAS	

1.20.

1.20.1. O quantitativo indicado na tabela acima é meramente exemplificativo e tem por objetivo dimensionar o universo estimado, podendo variar durante a prestação dos serviços, conforme alteração do quadro dos empregados e seus dependentes.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA 9ª REGIÃO - PARANÁ

1.20.2. Fica a critério exclusivo do CRQ 9ª Região - Paraná a definição e a estipulação dos quantitativos de beneficiários a serem gerados durante a vigência do contrato.

1.20.3. A inclusão de beneficiário no Plano de Saúde far-se-á mediante manifestação expressa.

1.20.4. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.20.5. Havendo divergência entre o código CATSER ou a descrição do material do sistema COMPRAS.GOV.BR, com o apresentado neste Edital, prevalecerá à última, salvo disposição expressa do Pregoeiro.

1.20.6. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.20.7. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:

2.2.1. ID PCA no PNCP: 76471358000164-0-000001/2024;

Data de publicação no PNCP: 20/05/2023;

Id do item no PCA: 81;

Classe/Grupo: 931 - SERVIÇOS DE SAÚDE HUMANA;

Identificador da Futura Contratação: 389267-90032/2023.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA 9ª REGIÃO - PARANÁ

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

Uso de Tecnologias Sustentáveis: Priorização de operadoras que utilizam tecnologias que reduzem o consumo de recursos naturais, como sistemas digitais para gestão de saúde e redução de papel.

4.1.1. Promoção da Saúde e Bem-Estar: Incentivo a programas internos da operadora que promovam a saúde e o bem-estar dos beneficiários, como programas de prevenção de doenças e promoção de hábitos saudáveis.

4.1.2. Transparência e Ética: A operadora deve demonstrar transparência em suas práticas de gestão e compromisso com altos padrões éticos em todas as suas operações.

Subcontratação

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.4. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.5. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Vistoria

4.7. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA 9ª REGIÃO - PARANÁ

Início da execução do objeto: Os serviços deverão estar prontos para utilização pelos beneficiários a partir de **1º de outubro de 2024**;

5.1.1. Possibilitar portal de acesso em plataforma digital robusta, segura e de fácil uso, acessível via internet em navegadores web. O portal deve cumprir requisitos que assegurem a comunicação eficiente, segurança e usabilidade, facilitando a troca de informações, acompanhamento de serviços e resolução de questões administrativas.

As funcionalidades essenciais ao portal referido são: cadastro e autenticação de usuários; painel de controle e relatórios, gestão de beneficiários, consulta a rede credenciada e cobertura, faturamento e pagamentos, comunicação, suporte e segurança de dados.

5.1.2. Recebimento via e-mail mensalmente, ou acesso via portal já definido, com até 10 dias de antecedência do vencimento da guia de pagamento (boleto), Nota Fiscal e demonstrativo de faturamento, este com a descrição detalhada de titular e dependente, como idade, faixa etária considerada, valor do plano e mês de referência.

5.1.3. Para verificar a cobertura correta e o faturamento dos beneficiários de um plano de saúde, é essencial ter acesso a uma série de relatórios detalhados que forneçam informações precisas sobre os serviços prestados, os custos envolvidos e a conformidade com o contrato. Disponibilidade de relatórios de utilização do plano, faturamento, coberturas e carências, sinistralidade, rede credenciada, satisfação dos beneficiários e auditorias, permitindo buscas mensais ou periódicas.

Cronograma de realização dos serviços:

ETAPA	PERÍODO	ATIVIDADE	RESPONSÁVEL
01	No prazo de até uma semana após a assinatura do contrato	Reunião com a Contratada, Gestor do Contrato, Setor Requisitante e o RH	Gestão de Contrato
02	Em até duas semanas da assinatura do contrato	Disponibilização dos dados dos beneficiários à empresa contratada	Fiscal do Contrato e Setor Requisitante
03	a partir de 01/10/2024	Disponibilidade para utilização do plano	Empresa Contratada



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA 9ª REGIÃO - PARANÁ

04	Até 01/10/2024	Disponibilização das carteirinhas físicas e/ou digital para utilização do plano	Empresa Contratada
----	----------------	---	--------------------

5.1.4. Os beneficiários receberão gratuitamente carteira de identificação personalizada a ser fornecida pela contratada que será usada exclusivamente quando da utilização dos serviços cobertos pelo Plano de Saúde.

5.1.5. A empresa a ser contratada deverá expedir, por meio digital, em aplicativo próprio, e em meio físico, se possível sem prejuízo de qualquer outro atendimento, o cartão de identificação ou documento equivalente individualizado para cada beneficiário cadastrado, a ser utilizado na fruição dos serviços contratados.

5.1.6. O CRQ 9ª Região - Paraná será responsável por todas as comunicações de inclusões e exclusões de beneficiários junto ao Contratado.

5.1.6.1. O Contratado deverá disponibilizar solução eletrônica ou automatizada para que o CRQ 9ª Região - Paraná informe mensalmente as movimentações de inclusões, alterações e/ou exclusões de beneficiários.

5.1.6.2. As comunicações formalizadas até o dia 20 (vinte) de cada mês deverão ter as informações incluídas no plano até o primeiro dia útil do mês subsequente ao envio (prazo normal).

5.1.6.3. O procedimento do Contratado deve prever ainda a opção para inclusão em até 24 (vinte e quatro) horas, contadas da comunicação do CRQ 9ª Região - Paraná, quando se referir a inclusão de recém-nascidos e recém-contratados.

5.1.6.4. No caso de exclusão de beneficiário, cabe ao Contratado o bloqueio da utilização dos serviços.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados em todo o território Nacional, 24 (vinte e quatro) horas por dia.

Carência

5.3. Os empregados que já estiverem em exercício no CRQ 9ª Região - Paraná, na época da celebração do contrato, disporão do prazo de 30 (trinta) dias, contados da contratação do



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA 9ª REGIÃO - PARANÁ

serviço, para solicitarem a sua inclusão ou de seus dependentes, ficando isentos de carência para usufruírem dos serviços contratados. Após esse prazo, os beneficiários cumprirão as carências estabelecidas nesse termo de referência.

5.4. Os empregados contratados após a data a que se refere o subitem anterior disporão do prazo de 30 (trinta) dias ininterruptos, contados da data em que entrarem em exercício, para solicitarem a sua inclusão no Plano de Saúde, ficando, nesse caso, isentos de carência para usufruírem os serviços abrangidos.

5.5. Ao beneficiário que contribuir para este plano de saúde, em decorrência de vínculo empregatício, no caso de rescisão ou exoneração do contrato de trabalho sem justa causa, deverá ser assegurado o direito de manter sua condição de beneficiário, nas mesmas condições de cobertura que gozava quando da vigência do contrato de trabalho, pelo prazo determinado no artigo 30 da Lei nº 9.656/1998, desde que assuma o pagamento integral do plano.

5.6. A condição prevista no item 5.5. deixará de existir quando da admissão do beneficiário em novo emprego.

5.7. A manutenção de que trata o subitem 5.5. é extensiva, obrigatoriamente a todo o grupo familiar inscrito quando da vigência do contrato de trabalho e deixará de existir quando da admissão do beneficiário em novo emprego.

5.8. Na vigência do contrato, não haverá carência, também, para os dependentes oriundos do casamento ou nascimento, cuja comprovação e cadastramento ocorra em até 30 (trinta) dias do respectivo evento.

5.9. Respeitando-se as disposições estabelecidas acima, o período de carência máxima a que ficarão sujeitos os beneficiários posteriormente incluídos nos planos para utilização dos serviços contratados será:

- 5.9.1. Acidentes pessoais: sem carência;
- 5.9.2. Urgência e Emergência: 24 (vinte e quatro) horas;
- 5.9.3. Consultas médicas e exames básicos: 30 (trinta) dias;
- 5.9.4. Fisioterapia, exames especiais, internações/procedimentos cirúrgicos, internações clínicas, terapia/procedimento alta complexidade e cirurgias ambulatoriais: 180 (cento e oitenta) dias;
- 5.9.5. Parto a termo: 300 (trezentos) dias.

Especificações dos serviços médico-hospitalar:

5.10. O plano de saúde ou seguro saúde deverá atender às exigências da Lei Nº 9.656/98 e respectivas resoluções da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA 9ª REGIÃO - PARANÁ

5.11. Os serviços objeto deste Termo de Referência serão prestados por empresa operadora de plano de saúde ou de seguro saúde através de hospitais, clínicas, Centro Médicos ou Consultórios, laboratórios e rede de profissionais conveniados, por ela indicados, abrangendo, no mínimo, os serviços/especialidades médicas descritos nos subitens abaixo, laboratórios e rede de profissionais conveniados, por ela indicados.

5.12. A Contratada deverá, ainda, oferecer consultas médicas, tratamentos clínicos e cirúrgicos, em todas as especialidades admitidas ou que venham a ser admitidas pelo CRQ 9ª Região - Paraná e/ ou Associação Médica Brasileira, ANS e RDC nº 82, de 29 de setembro de 2004 da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, em especial, reembolso de despesas com assistência médico-hospitalar efetuadas diretamente pelos beneficiários em hospitais, clínicas, laboratórios e rede de profissionais não credenciados pela Contratada, tendo como base a tabela de reembolso da Contratada, sendo que os valores não poderão ser inferiores aos da tabela vigente da AMB - Associação Médica Brasileira .

5.13. Cobertura de serviços médicos, ambulatoriais e hospitalares, inclusive para acidentes de trabalho, nos termos da Lei nº 9.656/1998 e suas Resoluções Normativas da Agência Nacional de Saúde Suplementar, inclusive com as suas novas incorporações, a partir da 0 (zero) hora do início de vigência do contrato.

5.14. Garantir a remoção do usuário internado, observando o art. 7º da resolução CONSU nº 13/1998 e demais legislações aplicáveis, bem como a solicitação do médico assistente, para outro estabelecimento hospitalar dentro do território nacional, utilizando, para tanto, veículo equipado com recursos técnicos que garantam a segurança e o conforto ao beneficiário.

5.15. Disponibilizar serviço 24 (vinte e quatro) horas de ambulância ou UTI Móvel para remoções inter-hospitalares dos beneficiários, sempre tendo em vista a preservação da saúde e vida dos beneficiários.

5.16. Coberturas que deverão obrigatoriamente ser incluídas no plano básico:

5.16.1. Estão cobertas as doenças constantes na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde, da Organização Mundial de Saúde, inclusive parto, observada a abrangência deste Termo de Referência, bem como todas as coberturas estabelecidas na Lei nº 9.656 de 03/06/1998, abrangendo os serviços/especialidades abaixo relacionados:

5.16.1.1. Acupuntura;

5.16.1.2. Alergologia e imunologia;

5.16.1.3. Anestesiologia em todos os portes;

5.16.1.4. Angioplastia;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA 9ª REGIÃO - PARANÁ

- 5.16.1.5. Angiologia - Cirurgia vascular e linfática;
- 5.16.1.6. Cancerologia;
- 5.16.1.7. Cardiologia, eletrocardiografia e holter;
- 5.16.1.8. Cirurgia cardíaca-hemodinâmica;
- 5.16.1.9. Cirurgia da mão, cabeça, pescoço e buxo-maxilo-facial
- 5.16.1.10. Cirurgia cardiovascular (inclusive implante de marcapasso);
- 5.16.1.11. Cirurgia do aparelho digestivo, órgãos anexos e parede abdominal;
- 5.16.1.12. Cirurgia geral e Vídeo laparoscopia ;
- 5.16.1.13. Cirurgia e traumatologia;
- 5.16.1.14. Cirurgia oftalmológica inclusive corretiva (miopia, cataratas, facectomia, hipermetropia), com introdução de lente ocular nacionalizada, dentro das previsões da lei nº 9.656/98 e suas alterações;
- 5.16.1.15. Cirurgia endocrinológica;
- 5.16.1.16. Cirurgia oncológica;
- 5.16.1.17. Cirurgia ortopédica e traumatológica;
- 5.16.1.18. Cirurgia plástica-reparadora e/ou restauradora não estética;
- 5.16.1.19. Cirurgia pediátrica, infantil e neonatal;
- 5.16.1.20. Cirurgia urológica;
- 5.16.1.21. Cirurgia refrativa para grau igual ou maior a sete uni ou bilatearal;
- 5.16.1.22. Cirurgia torácica;
- 5.16.1.23. Citologia;
- 5.16.1.24. Clínica Médica;
- 5.16.1.25. Dermatologia clínico-cirúrgica;
- 5.16.1.26. Dependência química, dentro das previsões da legislação vigente;
- 5.16.1.27. Doenças infectocontagiosas, infectuosas e parasitárias, incluindo AIDS;
- 5.16.1.28. Doenças infecciosas e parasitárias de qualquer natureza, inclusive assistência S.I.D.A.;
- 5.16.1.29. Endocrinologia e metabologia;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA 9ª REGIÃO - PARANÁ

- 5.16.1.30. Fisiatria clínica e cirurgia geral (patologias cardiovasculares, neuromotoras, respiratórias e outras);
- 5.16.1.31. Gastroenterologia;
- 5.16.1.32. Geriatria e gerontologia;
- 5.16.1.33. Ginecologia e Obstetrícia;
- 5.16.1.34. Hematologia;
- 5.16.1.35. Hepatologia;
- 5.16.1.36. Homeopatia ambulatorial;
- 5.16.1.37. Mastologia, incluindo reconstrução mamária com prótese;
- 5.16.1.38. Medicina Nuclear;
- 5.16.1.39. Microcirurgia reconstrutiva;
- 5.16.1.40. Nefrologia;
- 5.16.1.41. Neonatologia;
- 5.16.1.42. Neurocirurgia;
- 5.16.1.43. Neurologia (inclusive pediátrica)
- 5.16.1.44. Obstetrícia, compreendendo a fase pré-natal, o parto e o pós-natal, filho natural ou adotivo do titular do benefício, durante os primeiros trinta dias após o parto;
- 5.16.1.45. Oftalmologia;
- 5.16.1.46. Oncologia;
- 5.16.1.47. Ortopedia e Traumatologia, incluindo fornecimento de próteses, órteses e seus acessórios ligados ao ato cirúrgico;
- 5.16.1.48. Otorrinolaringologia;
- 5.16.1.49. Pediatria e suas subespecialidades;
- 5.16.1.50. Pneumologia;
- 5.16.1.51. Proctologia;
- 5.16.1.52. Patologia clínica;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA 9ª REGIÃO - PARANÁ

5.16.1.53. Psiquiatria, consultas em regime ambulatorial e tratamentos psicoterápicos ou Psiquiátricos em situações de crise de acordo com as diretrizes estabelecidas na legislação vigente;

5.16.1.54. Reimplantes e revascularizações dos membros;

5.16.1.55. Reumatologia;

5.16.1.56. Tisiopneumologia;

5.16.1.57. Transplantes de rins e córnea assegurado pela legislação em vigor

5.16.1.58. Urologia;

5.16.1.59. Venereologia;

5.16.1.60. Fonoaudiologia;

5.16.1.61. Qualquer outra patologia clínica classificada pela Organização Mundial da Saúde ou reconhecida pela legislação vigente.

5.16.1.62. UTI móvel .

5.16.1.63. Consultas médicas, em número ilimitado, em clínicas básicas ou especializadas, reconhecidas pelo Conselho Federal de Medicina;

5.16.1.64. Pequenas cirurgias e procedimentos ambulatoriais;

5.16.2. Serviços Auxiliares de Diagnósticos e Tratamentos, Exames complementares, inclusive para o internado, sem limite de qualquer espécie, em situações eletivas e/ou emergenciais, tais como:

5.16.2.1. Anatomia patológica e Citopatologia;

5.16.2.2. Análises clínicas;

5.16.2.3. Angiografia 9 inclusive angiografia digital);

5.16.2.4. Angioplastia;

5.16.2.5. Arteriografia;

5.16.2.6. Audiometria;

5.16.2.7. Artroscopia;

5.16.2.8. Cauterização;

5.16.2.9. Cardiotocografia;

5.16.2.10. Cateterismo cardíaco;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA 9ª REGIÃO - PARANÁ

- 5.16.2.11. Cicloergometria;
- 5.16.2.12. Cineangiocoronariografia ;
- 5.16.2.13. Cobaltoterapia;
- 5.16.2.14. Colpocitologia;
- 5.16.2.15. Colocação de gesso e similares;
- 5.16.2.16. Densitometria óssea;
- 5.16.2.17. Doppler;
- 5.16.2.18. Ecografia ;
- 5.16.2.19. Ecocardiográfica;
- 5.16.2.20. Eletroencefalografia e Neurofisiologia clínica;
- 5.16.2.21. Eletrocardiografia (inclusive eletrocardiografia dinâmica - Holter);
- 5.16.2.22. Eletrococleografia;
- 5.16.2.23. Eletrocardiograma;
- 5.16.2.24. Eletromiografia;
- 5.16.2.25. Endoscopia digestiva, diagnóstica e peroral;
- 5.16.2.26. Exames de ressonância magnética;
- 5.16.2.27. Exames de tomografia computadorizada;
- 5.16.2.28. Exames e testes alergológicos;
- 5.16.2.29. Exames e testes oftalmológicos especiais;
- 5.16.2.30. Exames e testes otorrinolaringológicos especiais, incluindo audiometria e impedanciometria;
- 5.16.2.31. Exames fisiátricos;
- 5.16.2.32. Exames genéticos - clínicos;
- 5.16.2.33. Exames ultra-sonográficos;
- 5.16.2.34. Fluoresceinografia;
- 5.16.2.35. Fonocardiografia;
- 5.16.2.36. Hemodiálise e Diálise;
- 5.16.2.37. Hemodinâmica - cardiologia intervencionista;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA 9ª REGIÃO - PARANÁ

- 5.16.2.38. Hemoterapia;
- 5.16.2.39. Infiltração ou punção articular;
- 5.16.2.40. Laparoscopia diagnóstica e terapêutica;
- 5.16.2.41. Laserterapia (foto-eletrocoagulação da retina com laser);
- 5.16.2.42. Litotripsia extracorpórea;
- 5.16.2.43. Marca-passo;
- 5.16.2.44. Material de osteossíntese (placas, parafusos e pinos);
- 5.16.2.45. Medicina nuclear (radioisótopos e cintilografia);
- 5.16.2.46. Nebulização;
- 5.16.2.47. Nutrição parenteral e enteral;
- 5.16.2.48. Neurofisiologia clínica;
- 5.16.2.49. Neuroradiologia e radiologia intervencionista;
- 5.16.2.50. Patologia clínica: bioquímica, imunologia, microbiologia, líquido amniótico e outros;
- 5.16.2.51. Provas de função pulmonar;
- 5.16.2.52. Radiodiagnóstico: radiografia intervencionista, angiografia, mamografia, aparelho digestivo, crânio e face, coluna vertebral, bacia, esqueleto torácico, membros superiores e inferiores e outros exames;
- 5.16.2.53. Radioterapia radiológica;
- 5.16.2.54. Ressonância magnética e ressonância nuclear magnética;
- 5.16.2.55. Realização de bloqueios não convencionais para tratamento de dor;
- 5.16.2.56. Sistema Holter;
- 5.16.2.57. Terapia intensiva;
- 5.16.2.58. Testes cutâneo-alérgicos;
- 5.16.2.59. Testes ergométricos;
- 5.16.2.60. Tococardiografia;
- 5.16.2.61. Tomografia computadorizada;
- 5.16.2.62. Transfusão de sangue ou aplicação de plasma;
- 5.16.2.63. Ultrassonografia ;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA 9ª REGIÃO - PARANÁ

5.16.2.64. Vídeo-laparoscopia;

5.16.2.65. Xerocardiografia;

5.16.2.66. Demais exames complementares e serviços médicos auxiliares ao diagnóstico e tratamento reconhecidos pela legislação vigente.

5.16.2.67. Os exames listados neste subitem não excluirão a realização de outros reconhecidos pelo Conselho Federal de Medicina, e constantes no rol de procedimentos da contratada e no CBHPM - Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos, os quais deverão ser utilizados sem limite de número, para controle da evolução da doença e elucidação diagnóstica.

5.16.3. Internações clínicas e cirúrgicas acomodação em enfermaria com no máximo 2 (dois) leitos, vedada a utilização de prazo, valor máximo e quantidade, a critério do médico assistente, incluindo: materiais e medicamentos nacionais, prescritos pelo médico assistente até a alta hospitalar; hemoterapias; alimentação dietética, parenteral e enteral, quando indicada, até a alta hospitalar; diárias e taxas de internação; sala cirúrgica, inclusive material descartável e esterilização, bem como serviços de enfermagem; exames complementares especializados para diagnóstico e controle no tratamento e evolução da doença que tenha motivado a internação; internação em UTI - Unidade de Terapia Intensiva, sem limites (UTI geral, UTI neonatal, UTI pediátrica, UTI coronariana); litotripsia, remoção do paciente em ambulância, dentro do perímetro urbano; tratamentos ambulatoriais decorrentes de acidentes pessoais e métodos auxiliares; fisioterapia, hemodiálise, radioterapia e quimioterapia, conforme limites do Ministério da Saúde; anestésicos; gases medicinais; próteses, órteses nacionais e seus acessórios, quando ligados ao ato cirúrgico; remoção do paciente, quando necessário, dentro do território nacional, por transporte aéreo ou terrestre; despesas de pelo menos 01 (um) acompanhante de pacientes, independentemente da idade do paciente, nos casos de internação.

5.16.4. Todos os procedimentos obstétricos reconhecidos pelo Conselho Federal de Medicina, inclusive parto normal com analgesia, sem prejuízo de: atendimento do recém-nascido em sala de parto; assistência ao recém-nascido, filho natural ou adotivo do beneficiário titular, ou de seu dependente, durante os primeiros 30 (trinta) dias após o parto.

5.16.5. Atendimento de urgência e emergência com plantão 24 (vinte e quatro) horas diárias, inclusive aos sábados, domingo e feriados, em condições de internação e exames complementares.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA 9ª REGIÃO - PARANÁ

5.16.6. Para ter sua proposta classificada, a proponente deverá apresentar, credenciamento mínimo que atenda a todas as previsões deste item, referentes à rede credenciada de Curitiba - PR (Capital) e demais cidades do interior, comprometendo-se a mantê-lo em quantidade e qualidade compatíveis, nos termos da Lei nº 9.656/1998, conforme abaixo:

5.16.6.1. possibilitar acesso à pelo menos 15 (quinze) Hospitais, em Curitiba, todos de grande porte, credenciados ou próprios, que tenham Unidade de Terapia Intensiva, incluindo as áreas de pediatria, clínica médica, gineco-obstetrícia, ortopedia, neurologia, cirurgia e cardiologia;

5.16.6.2. possibilitar acesso à pelo menos 15 (quinze) hospitais Pronto Socorro, em Curitiba, credenciados ou próprios;

5.16.6.3. possibilitar acesso à pelo menos 05 (cinco) Maternidades, com UTI Neonatal, em Curitiba, credenciadas ou próprias;

5.16.6.4. Relação nominal de no mínimo 25 (vinte e cinco) Hospitais de Grande Porte localizados em outras cidades do estado, sem considerar a Região Metropolitana de Curitiba e considerando as principais cidades do Estado (Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Cascavel, Pato Branco, Foz do Iguaçu, etc.), em especial as com mais de 50 mil habitantes;

5.16.6.5. Relação nominal de no mínimo 25 (vinte e cinco) Hospitais Pronto Socorros, localizados em outras cidades do estado, sem considerar a Região Metropolitana de Curitiba e considerando as principais cidades do Estado (Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Cascavel, Pato Branco, Foz do Iguaçu, etc.), em especial as com mais de 50 mil habitantes;

5.16.6.6. Relação nominal de no mínimo 15 (quinze) Maternidades, localizadas em outras cidades do estado, sem considerar a Região Metropolitana de Curitiba e considerando as principais cidades do Estado (Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Cascavel, Pato Branco, Foz do Iguaçu, etc.), em especial as com mais de 50 mil habitantes;

5.16.6.7. Relação nominal de no mínimo 10 (dez) Maternidades com UTI Neonatal, localizadas em outras cidades do estado, sem considerar a Região Metropolitana de Curitiba e considerando as principais cidades do Estado (Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Cascavel, Pato Branco, Foz do Iguaçu, etc.), em especial as com mais de 50 mil habitantes;

5.16.6.8. Relação nominal de no mínimo 100 (cem) clínicas especializadas credenciadas ou próprias, em Curitiba, e 40 (quarenta) a nível estadual,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA 9ª REGIÃO - PARANÁ

considerando as principais cidades do Estado (Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Cascavel, Pato Branco, Foz do Iguaçu, etc.), em especial as com mais de 50 mil habitantes;

5.16.6.9. Relação nominal de no mínimo 350 (trezentos e cinquenta) médicos contratados ou credenciados, com consultórios próprios, fora de centros médicos, clínicas ou outros equivalentes, em Curitiba e 200 (duzentos) a nível estadual, considerando as principais cidades do Estado (Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Cascavel, Pato Branco, Foz do Iguaçu, etc.), em especial as com mais de 50 mil habitantes;

5.16.6.10. Relação nominal de no mínimo 20 (vinte) laboratórios de análises clínicas, próprios ou credenciados, em Curitiba, e 25 (vinte e cinco) estabelecimentos a nível estadual, considerando as principais cidades do Estado (Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Cascavel, Pato Branco, Foz do Iguaçu, etc.), em especial as com mais de 50 mil habitantes;

5.16.7. As relações de que trata os itens 5.15.6.1 a 5.15.6.10. deverão ser comprovadas através de documento próprio, emitido pela licitante vencedora e assinado por representante legal da mesma, que contenha a Rede Credenciada exigida.

5.16.8. A Rede Credenciada apresentada poderá ser própria, ou credenciada, devendo neste caso existir necessariamente, um vínculo contratual ou associativo entre o prestador e a Empresa Licitante.

5.16.9. Todos os estabelecimentos credenciados deverão estar devidamente regulares junto aos órgãos competentes e com profissionais devidamente habilitados nos seus conselhos de classe.

5.16.10. Deverá ser assegurado ao beneficiário, no município onde o mesmo demandar, atendimento integral das coberturas contratuais, nos prazos máximos fixados no art. 3º da RN ANS nº 566/22;

5.16.11. Indisponibilidade ou inexistência de cobertura: Na hipótese de indisponibilidade de atendimento nos prazos máximos previstos na RN ANS nº 566/2022 ou inexistência de atendimento no município demandado há necessidade de consulta prévia à Operadora do Plano de Saúde e será assegurado ao beneficiário reembolso das despesas efetuadas com os atendimentos previstos na cobertura contratual nos termos da supracitada RN.

5.17. Forma de atendimento:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA 9ª REGIÃO - PARANÁ

5.17.1. Os serviços de assistência médica e hospitalar poderão ser realizados na rede credenciada e no sistema livre escolha (reembolso), abrangendo tanto os procedimentos eletivos/programados, quanto os de urgência/ emergência, cujo reembolso dar-se-á no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos.

5.17.2. Para utilização dos recursos na rede credenciada, o segurado deve apresentar a carteirinha da contratada e documento de identidade. No caso de exames especiais, tratamentos, remoções, internações e outros procedimentos que necessitem de autorização, deverá ser disponibilizada rotina desburocratizada para emissão de guias de autorização, no prazo máximo de 12 (doze) horas.

5.17.3. No caso de procedimentos realizados no sistema livre de escolha, o reembolso deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, desde que seja entregue a documentação pertinente.

5.17.4. A cobertura dos serviços deverá ser de abrangência nacional. Nas localidades onde não haja atendimento médico, hospitalar ou laboratorial credenciado, o usuário do plano terá direito a se utilizar de consultas e/ou procedimentos médicos e hospitalares necessários por qualquer profissional ou hospital local, sendo reembolsado posteriormente pelo Contratado, conforme prevê a RN 259/11 da ANS, ou de outra que a substitua.

5.17.5. O reembolso será efetivado aplicando-se uma vez a tabela da operadora contratada.

5.17.6. Deverá ser disponibilizado aos beneficiários atendimento presencial em sede ou escritório na Capital do Estado do Paraná, central telefônica de atendimento 24 (vinte e quatro) horas (serviço 0800), bem como portal da operadora de saúde na Internet ou em aplicativos disponíveis para computadores, tablets e celulares, com o propósito de fornecer, no mínimo, serviços online e informações a respeito dos produtos e serviços próprios, credenciados, contratados, cooperados ou referenciados oferecidos pelo plano de assistência à saúde.

5.17.7. Deverão ser aplicadas soluções adequadas com vistas à garantia de acessibilidade para pessoas com deficiência no portal da operadora na Intranet ou em aplicativos disponíveis para computadores, tablets e celulares, conforme melhores práticas e diretrizes adotadas para esse fim.

5.18. Da Prestação do Serviço:

5.18.1. A CONTRATADA deverá emitir, mensalmente, os seguintes relatórios de utilização:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA 9ª REGIÃO - PARANÁ

- 5.18.1.1. Relatório cadastral com os dados de todos os usuários;
- 5.18.1.2. Relatório detalhado de utilização mensal (sinistralidade), incluindo os principais usuários e prestadores de serviço, observando-se as restrições da LGPD.
- 5.18.2. A CONTRATADA deverá, também, a título da administração da apólice:
 - 5.18.2.1. Acompanhar as ocorrências e orientar os usuários para a melhor utilização dos recursos;
 - 5.18.2.2. Auxiliar na movimentação da carteira (inclusões e exclusões);
 - 5.18.2.3. Promover palestras de acompanhamento semestral;
 - 5.18.2.4. Conferir mensalmente as faturas;
 - 5.18.2.5. Identificar casos críticos propondo medidas para melhor utilização dos recursos;
 - 5.18.2.6. Acompanhar mensalmente a sinistralidade propondo medidas para sua equalização;
 - 5.18.2.7. Orientar os funcionários recém contratados.
- 5.18.3. Além das exigências instituídas na Lei nº 9.656/1998, a CONTRATADA deverá prestar os serviços de:
 - 5.18.3.1. Transplantes previsto no rol obrigatório da ANS, com cobertura para o doador, incluindo medicação necessária ao sucesso do procedimento, além dos cobertos pela legislação vigente.
 - 5.18.3.2. Disponibilizar por meio de site, com acesso a todos os titulares, a relação atualizada dos profissionais e serviços de hospitais referenciados, incluindo seus respectivos endereços, telefones e especialidades, bem como comunicação com maior antecedência possível das inclusões ou exclusões de seus serviços credenciados, inclusive hospitalares, laboratórios, postos de atendimento, médicos, etc., assumindo o compromisso de, no início dos serviços, fornecer à todos os beneficiários orientações que facilitem a sua utilização, sendo obrigatória nova atualização sempre que ocorrer alterações significativas no atendimento.
- 5.18.4. Quando não houver acomodação hospitalar disponível de acordo com o plano de cobertura do beneficiário, na Rede Credenciada da CONTRATADA, fica garantido o acesso à acomodação, em nível superior, sem ônus adicional para o contrato e para o beneficiário.
- 5.18.5. Na ocorrência do óbito do Beneficiário Titular, o(s) seu(s) dependente(s), inscritos há mais de 6 (seis) meses, terão direito aos serviços previstos no plano



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA 9ª REGIÃO - PARANÁ

gratuitamente, pelo período mínimo de 24 (vinte e quatro) meses a contar da data do óbito.

5.18.5.1. Excetua-se do prazo de inscrição mínima de 6 (seis) meses os filhos recém-nascidos ou que vierem a nascer, desde que comprovada à fecundação antes do falecimento;

5.18.5.2. Excetua-se da lista de dependentes aptos a receberem o benefício: INATIVO, aposentados ou demitidos sem justa causa, bem como a seus dependentes beneficiários do plano.

5.18.5.3. Para a efetivação do benefício previsto, os dependentes e/ou beneficiários terão um prazo decadencial de 30 (trinta) dias para encaminhar os documentos de atualização da condição de dependente(s) ativo(s) no momento do óbito do titular.

Especificação da garantia do serviço ([art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

5.19. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido [na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990](#) (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.20. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas;

5.20.1. Disponibilização dos dados dos beneficiários ao CRQ 9ª Região – Paraná pela atual contratada por meio eletrônico e/ou físico;

5.20.1.1. Se necessário, fica instituído o período 30 (trinta) dias anteriores ao término da vigência do contrato atual (Contrato nº 005/2019), como período de transição contratual, para fins de migração de cadastro/carteira de beneficiários entre as operadoras de planos de saúde, quais sejam, a atual contratada e a vencedora do certame.

5.20.1.2. Os critérios e procedimentos técnicos para realização da migração referida deverão ser definidos previamente e em conjunto pelas operadoras (atual e vencedora do certame) e pelo CRQ 9ª Região - Paraná.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA 9ª REGIÃO - PARANÁ

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.10. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA 9ª REGIÃO - PARANÁ

6.11. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.12. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.14. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Fiscalização Administrativa

6.15. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.17. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.18. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA 9ª REGIÃO - PARANÁ

6.19. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.20. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.21. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.22. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.23. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

Do recebimento

6.24. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, [de 2021](#) e [Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.25. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

6.26. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.27. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA 9ª REGIÃO - PARANÁ

6.28. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

6.29. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

6.29.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

6.29.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

6.29.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#))

6.29.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

6.29.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.30. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

6.31. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5(cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

6.31.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA 9ª REGIÃO - PARANÁ

indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.31.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

6.31.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

6.31.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

6.31.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

6.32. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.33. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

6.34. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

6.35. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

6.36. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#)

6.37. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

6.37.1. o prazo de validade;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA 9ª REGIÃO - PARANÁ

- 6.37.2. a data da emissão;
- 6.37.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 6.37.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 6.37.5. o valor a pagar; e
- 6.37.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.38. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

6.39. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

6.40. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

6.41. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

6.42. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.43. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

6.44. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA 9ª REGIÃO - PARANÁ

Prazo de pagamento

6.45. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

6.46. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

6.47. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.48. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.49. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.49.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.50. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

7.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo Menor preço global.

Exigências de habilitação

7.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA 9ª REGIÃO - PARANÁ

Habilitação jurídica

7.3. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

7.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

7.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

7.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

7.10. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

7.11. **Ato de autorização** para o exercício da atividade de plano de saúde coletivo para atuação no mercado de saúde suplementar, expedido pela ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar) nos termos da RN Nº 543/2022. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA 9ª REGIÃO - PARANÁ

Habilitação fiscal, social e trabalhista

7.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

7.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

7.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.18. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

7.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

7.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

7.21. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

7.22. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II);



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA 9ª REGIÃO - PARANÁ

7.23. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

7.23.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

7.23.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

7.23.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

7.23.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

7.24. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

7.25. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

7.26. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

7.27. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

7.28. Registro ou inscrição da empresa junto ao Conselho Regional de Medicina – CRM do respectivo estado, em plena validade;

7.29. Caso a licitante declarada vencedora não esteja apta no CRM do Paraná a executar o objeto, deverá providenciar a sua regularidade antes da assinatura do contrato, sob a pena de aplicação das sanções previstas para a inadimplência total.

7.30. Na hipótese da licitante se tratar de seguradora, deverá apresentar ainda a prova de registro na Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA 9ª REGIÃO - PARANÁ

Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

7.31. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

7.31.1. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

7.31.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

7.31.3. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

7.32. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

7.32.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

7.32.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

7.32.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

7.32.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

7.32.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

7.32.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA 9ª REGIÃO - PARANÁ

ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

7.32.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador

8. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 335.919,20 (trezentos e trinta e cinco mil novecentos e dezenove reais e vinte centavos), conforme custos apostos na tabela acima.

8.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

9.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

9.1.1.1. Conta: 6.2.2.1.1.31.90.16.001-Assistência Saúde

9.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Curitiba, 29 de julho de 2024

Elaborado por:

Daniela A. A. A. dos Santos

Superintendente



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA 9ª REGIÃO - PARANÁ

Andressa Santi

Coordenadora da Gestão de Pessoas e RH

Rayla Gonzaga da Silva

Membro da Comissão de Contratação

APROVAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE

Considerando as especificações da Contratação de operadora especializada na prestação de serviços de assistência médica, hospitalar, laboratorial e auxiliar de diagnóstico e tratamento, através de plano de saúde ou seguro saúde, com abrangência nacional, na modalidade de contratação coletivo empresarial sem coparticipação, aos empregados do Conselho Regional de Química do Paraná e seus dependentes, que atendem as necessidades atuais do CRQ 9ª Região – Paraná, aprovo o presente termo de referência.

Edward Borgo

Presidente do CRQ 9ª Região - Paraná